



SOL

12-10-2012

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 58246

Temática: Economia

Dimensão: 123

Imagem: N/Cor

Página (s): 5

Orçamento com riscos menores

Orçamento está mais longe de ser chumbado pelo Constitucional, dizem especialistas. TSU e IMI eram ameaças.

Constitucionalistas ouvidos pelo *SOL* defendem que a proposta de Orçamento do Estado para 2013 não tem, na versão que para já é conhecida, um risco evidente de ser inconstitucional. «**As medidas anunciadas – independentemente da sua bondade política – não me parecem violar a Constituição. Muito menos ofendem o que o Tribunal Constitucional disse no acórdão dos subsídios**», afirma Rui Medeiros. O aumento brutal do IMI seria um problema, aponta este professor e advogado, mas o risco foi afastado com o recuo do Governo.

Na mesma linha, Jorge Pereira da Silva não vê «**problemas evidentes**» nas medidas já conhecidas. O também docente da Universidade Católica assinala a importância do recuo na TSU: «**Com a deslocação das novas medidas de austeridade para o sistema fiscal regressa-se à progressividade**» nos cortes, um imperativo constitucional.

Isabel Moreira, a deputada do PS que co-subscreeveu, e sustentou juridicamente o pedido de fiscalização do OE 2012, encontra no entanto vários motivos para voltar a solicitar o TC. Entre eles, o «**princípio da tutela da confiança e do direito à segurança social**», que são atingidos. «**O direito à reforma não admite esbulhos**», sublinha ao *SOL* a também especialista em Direito Constitucional, apontando também como «**inadmissível**» uma descida do salário mínimo.

Rui Medeiros duvida que a austeridade conhecida ultrapasse os níveis admissíveis: «**Em tempo de crise orçamental, o limiar tolerável deve ser particularmente mais elevado**».

Manuel A. Magalhães